

## **Cidadania e voto antes da democracia: repensando o papel do eleitor na Primeira República (1889-1930) através das charges**

### **Citizenship and the voting before democracy: rethinking the role played by voters in the Brazilian First Republic (1889-1930) through political sketches**

**Jaqueline Porto Zulini** (Doutora em Ciência Política  
– USP e professora da FGV)

#### **Resumo**

Durante muito tempo, a experiência representativa da Primeira República brasileira (1889-1930) foi má avaliada sobretudo por causa do eleitorado restrito e da generalização das fraudes eleitorais na época. Esse artigo argumenta que as avaliações pessimistas decorriam de um referencial normativo democrático segundo o qual se criavam naturalmente expectativas sobre a atuação dos eleitores quando eles mesmos representavam uma categoria em construção. A discussão se pauta na análise das charges publicadas nas revistas *Careta* e *O Malho* durante a Primeira República e na revisão dos achados mais recentes da literatura quanto aos princípios do governo representativo antes da democracia.

Palavras-chave: Primeira República brasileira (1889-1930); eleições; cidadania; direito de voto; sufrágio

#### **Abstract**

For a long time, scholars have held negative views about the Brazilian First Republic (1889-1930), because of its restricted franchise and widespread electoral fraud. In this article, I argue that this pessimism is a result of contemporary democratic references, which lead scholars to keep biased expectations about the behavior of voters in a context where the electorate is a category under construction. In order to support this claim, I analyze political sketches published during the Brazilian First

Republic by the magazines *Careta* and *O Malho* and review recent findings of the literature on principles of representative government before democracy.

Keywords: Brazilian First Republic (1889-1930); elections; citizenship; franchise; suffrage

## Introdução<sup>1</sup>

O ELEITOR INDEPENDENTE – Então como é isso? A senhora deve andar núa, bem núa!

ELLA – Não me deixam. “Eles” acham que é mais decente andar assim coberta com esses molambos.

(*Careta*, Edição n. 1135, 22/03/1930, p. 14).

O diálogo faz parte da charge intitulada “Verdade encoberta”, publicada pela revista *Careta* logo após a histórica eleição presidencial de 1930. Completava a charge um desenho ilustrando esse diálogo entre o eleitor e uma figura feminina identificada como a “Verdade eleitoral”, coberta por uma colcha de retalhos de “fraude”. Tratava-se de uma crítica ao impacto causado pelas fraudes sob a vontade expressa nas urnas. A maioria da literatura disponível sobre a cidadania política e a memória eleitoral brasileira desse período converge justamente para a imagem de uma experiência errante. Além de analfabetos e mulheres não terem direito de voto, costuma-se frisar o quanto a vontade da pequena parcela da população de eleitores era deturpada pelo predomínio do coronelismo, do clientelismo e da fraude, revelando a debilidade do regime representativo importado da Europa para uma realidade socioeconômica atrasada (CARONE, 1972; CARVALHO, 2002; 2003; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003; HOLANDA, 2009; KINZO, 1980; LEAL, 2012; PORTO, 2004). Trata-se de um ponto de vista disseminado, considerado *clássico*.

Alternativamente, existe uma série de estudos mais recentes que têm explorado o período como uma experiência muito além da caricatura do clientelismo e da fraude, trazendo evidências da existência de competição política na época tanto nas disputas entre os candidatos às eleições legislativas (RICCI; ZULINI,

---

<sup>1</sup> Agradeço aos pareceristas pelos comentários à versão preliminar desse texto e à Fapesp pelo suporte financeiro (Processo n. 2017/19828-0).

2014; 2016; 2017) quanto na definição das candidaturas presidenciais (VISCARDI, 2001). Ainda assim, muito pouco se avançou da perspectiva da participação eleitoral. Até mesmo a única análise longitudinal disponível das alegações de fraude feitas pelos candidatos derrotados nas eleições à Câmara dos Deputados ocorridas entre 1900 e 1930, embora tenha constatado a presença de “um mercado de transações de votos por dinheiro” (RICCI; ZULINI, 2016, p. 218), não se aprofundou sobre o assunto.

Neste artigo, o meu objetivo é contribuir com esse resgate da memória eleitoral da Primeira República à luz dos achados da literatura comparada. A primeira seção analisa a forma como as charges publicadas durante a Primeira República em duas conhecidas revistas ilustradas da época, a *Careta* e *O Malho*, retratam o comportamento dos eleitores. Embora as charges tenham o propósito de criticar a política da época e a maioria responsabilize a fraude pela deturpação dos resultados eleitorais, também aparecem esquetes ilustrando o desinteresse do eleitor em votar a menos que ele obtivesse vantagens materiais em troca. Na segunda seção, mobilizo o debate teórico sobre os princípios do governo representativo e o exercício da cidadania antes da democracia para mostrar como a literatura reduziu situações do gênero ao problema da compra de votos perdendo de vista o quanto a própria noção do cidadão-eleitor ainda não passava de uma abstração. As considerações finais sugerem desdobramentos futuros para os estudos sobre a memória política do Brasil republicano.

## **1. A caricatura do perfil dos eleitores na Primeira República (1891-1930)**

Segundo a maior parte da literatura disponível sobre o Brasil na Primeira República, a exclusão da maioria da população ao direito de voto e a presença generalizada da fraude eleitoral atestam o fracasso do liberalismo no país (CARONE, 1972; CARVALHO, 2002; 2003; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003; KINZO, 1980; LESSA, 1988; MOTTA, 2008; SOUZA, 1973; TELAROLLI, 1982). Foram os estudos regionais que passaram a revelar a complexidade política daquele regime, desafiando a leitura clássica que o resumia à fraude e falseamento das instituições representativas (FERREIRA, 1994; FREIRE, 2000; PINTO, 2011; RESENDE, 1982; SAMPAIO, 1975; VENEU, 1987). Mais recentemente, têm crescido os esforços para

se chegar a explicações mais gerais, basicamente em torno da competição política aos cargos federais (RICCI; ZULINI, 2014; 2016; 2017; VISCARDI, 2001). Entretanto, mesmo essa vertente da literatura que retomou a problematização do passado republicano não explorou muito a perspectiva do eleitor. Basicamente, o que se escreveu de mais alternativo quando se trata da participação eleitoral refere-se a ideia do caráter *coletivo* do voto na época, apreendido através da análise das contestações eleitorais apresentadas pelos candidatos derrotados à Câmara dos Deputados. Afirma-se que os agentes partidários alistavam os eleitores em grupo e os conduziam às urnas em grupos (RICCI; ZULINI, 2016; RICCI, 2019). Essa interpretação acaba questionando justamente a individualidade do cidadão-eleitor, na medida em que o descreve como parte de um grupo.

Para tentar captar a forma como o eleitor da Primeira República era pensado naquela época, analisei todas as charges publicadas nas revistas *Careta* e *O Malho* durante a Primeira República que diziam respeito ao papel do eleitor. Tratam-se de revistas satíricas de boa tiragem e capacidade de penetração no grande público, reconhecidas pela forma como usavam as charges para criticar a conjuntura da época.<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada através da busca por palavras-chave (“alistamento”, “eleitor” e “voto”) no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional.<sup>3</sup> O resultado dessa busca retornou 36 charges publicadas na *Careta* e 178 n’*O Malho*, cuja distribuição temporal está descrita no gráfico a seguir.<sup>4</sup>

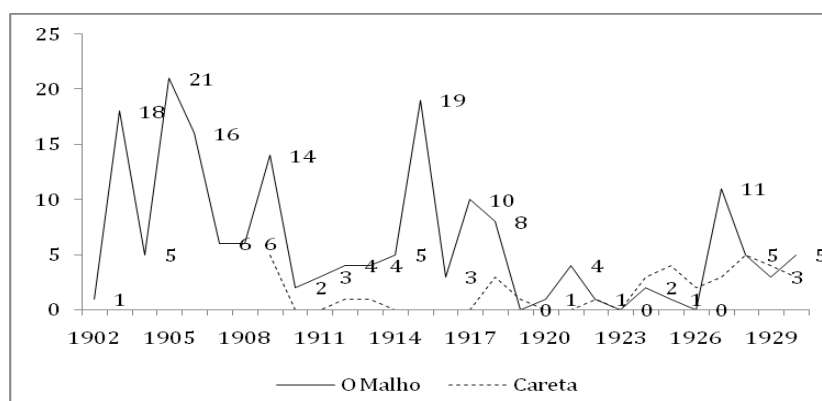
---

<sup>2</sup> Fundada em 1908, a *Careta* era encontrada nos revisteiros dos consultórios médicos, nos salões dos barbeiros e nas barracas dos engraxates. *O Malho* surgiu em 1902 e chegou a vender 35 mil exemplares na Primeira República (SODRE, 1999).

<sup>3</sup> Agradeço Laura Ferreira Barros Santos pela ajuda na sistematização das charges eleitorais analisadas nesse trabalho.

<sup>4</sup> A palavra-chave “eleitor” funcionou como radical e captou não só retornos do plural (“eleitores”) como do qualificativo “eleitoral”. Como o objetivo do artigo é analisar a forma como as revistas descrevem o eleitor, não foram consideradas as charges sobre a questão eleitoral onde esse ator estava ausente e se discutia, por exemplo, o processo eleitoral ou as reformas apenas do ponto de vista dos candidatos.

**Gráfico 1 – Distribuição das charges sobre o papel do eleitor publicadas na *Careta* e n' *O Malho* (1902-1930)**



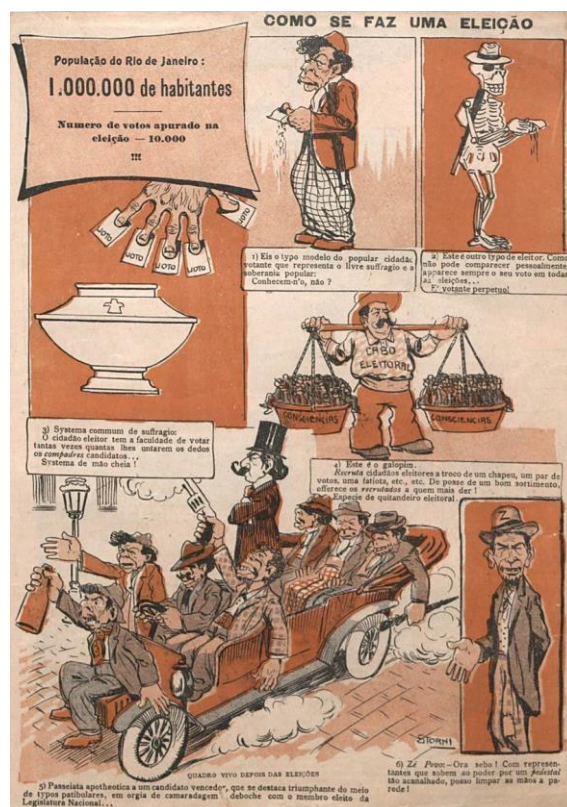
**Fonte:** Elaboração própria a partir de consulta à hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Comparado à *Careta*, *O Malho* desponta na linha de frente da publicação de charges sobre o universo dos eleitores. O interessante é que ambas as revistas imprimiram nas charges alguns pontos de reflexão em comum. Por um lado, elas denunciavam as situações normalmente descritas como deturpações do voto, a exemplo de tentativas de enviesar o alistamento eleitoral<sup>5</sup>, do uso de *fósforos eleitorais*<sup>6</sup>, da *cabala eleitoral*<sup>7</sup> e de toda a sorte de fraudes que fabricavam os resultados eleitorais, conversando com aquela clássica imagem do cidadão-eleitor vítima da fraude e de políticos desonestos. As referências feitas pela charge a seguir publicada n' *O Malho* em 1909 ilustram bem o raciocínio:

<sup>5</sup> Sobre a falsificação do alistamento como a emissão de títulos falsos e manutenção de mortos na lista de eleitores, ver *O Malho*, Edição n. 331, "Um candidato fera falando a maioria do eleitorado", 1909, p. 48; *O Malho*, Edição n. 638, "Mais um para a corda do sino!", 1914, p. 9; *O Malho*, Edição n. 692, "Desinfecção da zona: Um bota-abaixo na hora!", 1915, p. 5; *O Malho*, Edição n. 751, "Deixa correr o marfim!", 1917, p. 44; *O Malho*, Edição n. 754, "Adiamento das eleições: a capa da fraude", 1917, p. 11; *O Malho*, Edição n. 766, "Marretadas", 1917, p. 20; *O Malho*, Edição n. 818, "Gigantes e anões: a capa da fraude", 1918, p. 39.

<sup>6</sup> Na época, a expressão era usada para escrever as pessoas que votavam em múltiplas seções eleitorais se passando por eleitores. *O Malho*, Edição n. 92, "No Senado", 1904, p. 1, *O Malho*, Edição n. 143, "Tanto com tão pouco...", 1905, p. 29; *O Malho*, Edição n. 177, "Allegando Serviços", 1906, p. 24.

<sup>7</sup> A cabala eleitoral dizia respeito à inserção ilegal de nomes na lista de eleitores. *Careta*, Edição n. 1020, "Votação e devoção", 1928, p. 30; *O Malho*, Edição 334, "Cabala eleitoral", 1909, p. 25.



**Fonte:** *O Malho*, Edição n. 334, 1909, p. 35. Créditos: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A charge ocupava uma página inteira da revista e se chamava “Como se fazia uma eleição”. Ela aludia desde ao baixo número de eleitores (“10.000” em uma população de “1.000.000”) e à permanência do nome de pessoas já falecidas na lista de eleitores (representada pela imagem da caveira descrita como o eleitor “perpétuo”) até a compra de votos realizada pelos candidatos (“O cidadão eleitor tem a faculdade de votar tantas vezes quantas lhes untarem os dedos os compadres candidatos”) através da figura do cabo eleitoral, “Especie de quitandeiro eleitoral” que “Recruta[va] cidadãos eleitores a troco de um chapéu”. Sintomática dessa conjunção do título, do tamanho e do conteúdo da charge se fazia a intenção de retratar a debilidade do conjunto do processo eleitoral, malsinado pelas práticas políticas da época. Ainda na mesma linha, algumas charges condenavam também a falta de consciência política dos sujeitos sociais, reféns de políticos desonestos<sup>8</sup>, embora na maioria das vezes aparecessem referências a variados tipos de fraudes eleitorais que tornavam a presença dos eleitores desnecessária para se fazerem os

<sup>8</sup> *Careta*, Edição n. 1129, “A intensificação do civismo... Internacional”, 1930, p. 28; *Careta*, Edição n. 1133, “Para o desconhecido”, 1930, p. 14.

resultados eleitorais.<sup>9</sup> Um diagnóstico que converge com as alegações de fraude eleitoral então denunciadas pelos políticos (RICCI; ZULINI, 2014, 2016, 2017) e em razão do qual se assentou uma das principais bases da avaliação pessimista que a literatura clássica faz sobre a memória do regime representativo na Primeira República (CARONE, 1972; CARVALHO, 2002; 2003; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003; KINZO, 1980; LESSA, 1988; MOTTA, 2008; SOUZA, 1973; TELAROLLI, 1982).

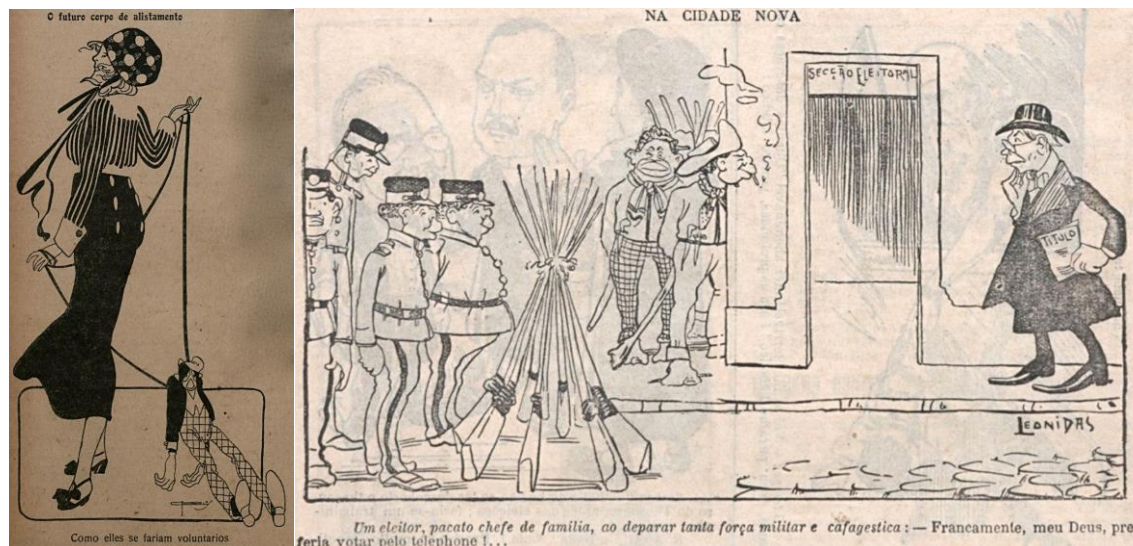
Por outro lado, outros dois pontos em comum retratados nas charges publicadas nessas revistas oferecem uma imagem diferente do eleitor àquele tempo. O primeiro deles se refere ao desinteresse dos sujeitos em se alistar e comparecer às eleições. As duas situações ilustradas a seguir são emblemáticas a esse respeito. Intitulada “O futuro corpo do alistamento”, a charge publicada pela *Careta* em 1918 retrata uma mulher laçando literalmente pelo pescoço uma figura masculina boquiaberta, seguida da sentença: “Como eles se fariam voluntarios”. O *Malho* problematizou situação semelhante na charge “Na cidade nova”, de 1906, quando representou o entorno de uma seção eleitoral com homens fardados em posse de armas (uma alusão à força pública) e outros em trajes civis e também

---

<sup>9</sup> Representações mais genéricas de fraude eleitoral aparecem em *Careta*, Edição n. 1135, “Verdade encoberta”, 1930, p. 14; *O Malho*, Edição n. 685, “Em que mãos está o civismo”, 1915, p. 28; *O Malho*, Edição n. 688, “Pela regeneração do character”, 1915, p. 37. Algumas charges, porém, focam tipos específicos de fraude que deturpariam o voto dos eleitores, como as atas falsas e o bico-de-pena (*Careta*, Edição n. 1057, “No paiz do ‘bicorio’”, 1928, p. 34; *O Malho*, Edição n. 181, “A eleição”, 1906, p. 20; *O Malho*, Edição n. 216, “A eleição de Alagoas no Senado”, 1906, p. 4; *O Malho*, Edição n. 646, “Alistamento”, 1915, p. 33; *O Malho*, Edição n. 646, “Eleições á moderna”, 1915, p. 33); a compra de votos e suborno (*O Malho*, Edição n. 175, “Guignol da epoca”, 1906, p. 29; *O Malho*, Edição n. 245, “Como se reconhece um senador - A contestação do Sr. Oiticica”, 1907, p. 9; *O Malho*, Edição n. 333, “Logo a tarde...”, 1909, p. 4; *O Malho*, Edição n. 647, “Salada da semana - As eleições no Districto Federal”, 1915, p. 28; *O Malho*, Edição n. 767, “Marretadas”, 1917, p. 22; *O Malho*, Edição n. 1275, “Vae correr...”, 1927, p. 44; *O Malho*, Edição n. 1325, “Cuidado!”, 1928, p. 35); a violência contra os eleitores (*O Malho*, Edição n. 23, Sem título, 1903, p. 7; *O Malho*, Edição n. 26, “Instrução eleitoral”, 1903, p. 15; *O Malho*, Edição n. 27, “Zelo policial”, 1903, p. 10; *O Malho*, Edição n. 177, “Explosão eleitoral”, 1906, p. 1; *O Malho*, Edição n. 374, “Na paz do cemiterio (eco da ultima eleição)”, 1909, p. 39; *O Malho*, Edição n. 646, “Alistamento”, 1915, p. 33; *O Malho*, Edição n. 1427, “Mineiros! Defendei Minas Gerais contra as perseguições, as selvagerias e os crimes do seu nefasto governo!”, 1930, p. 36); a possibilidade de fazer eleição sem eleitores (*O Malho*, Edição n. 42, “A predica final”, 1903, p. 5; *O Malho*, Edição n. 177, “Entre eleitores”, 1906, p. 6; *O Malho*, Edição n. 285, “De S. Paulo”, 1908, p. 20); a fraude na apuração das eleições (*O Malho*, Edição n. 179, “Uma explicação desnecessária”, 1906, p. 12; *O Malho*, Edição n. 301, “O nosso feminismo”, 1908, p. 16; *O Malho*, Edição n. 647, “Votar em branco”, 1915, p. 32; *O Malho*, Edição n. 647, “Os derrotados”, 1915, p. 36; *O Malho*, Edição n. 963, “Eleições”, 1921, p. 1); fraude no reconhecimento dos poderes (*O Malho*, Edição n. 234, “Cavallo de Troya - Que malta! Bigodeação do Seabra”, 1907, p. 9; *O Malho*, Edição n. 573, “Em S. Paulo”, 1913, p. 30; *O Malho*, Edição n. 656, “A campanha dos reconhecimentos no Congresso”, 1915, p. 41; *O Malho*, Edição n. 665, “A proposito das ultimas degollas”, 1915, p. 6; *O Malho*, Edição n. 669, “Certeza Absoluta – Echo dos reconhecimentos”, 1915, p. 39).



armados (uma referência aos capangas eleitorais) observando a chegada do eleitor, que trazia o seu título à mão. Abaixo do desenho, uma frase completava a charge: “Um eleitor, pacato chefe de família, ao deparar tanta força militar e cafagestica: - Francamente, meu Deus, preferia votar pelo telephone!...”



**Fonte:** *Careta*, Edição n. 498, 1918, p. 30 e *O Malho*, Edição n. 177, 1906, p. 10, respectivamente. Créditos: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Normalmente, as charges retratavam na forma de figuras femininas os tipos-ideais teoricamente genuínos da representação política, como a *soberania nacional*, a *república*, a *constituição* e a *verdade eleitoral* descrita inclusive na charge citada na epígrafe desse artigo. Então a escolha de uma mulher capturando o futuro corpo do alistamento não era gratuita, mas uma crítica direta ao desinteresse dos eleitores em se alistar. Algo compreensível em vista do ambiente inseguro que se poderia encontrar no dia da eleição como sugere a charge d’*O Malho* reproduzida acima e da própria generalização das fraudes através das quais se alteravam os resultados eleitorais. Daí o abstencionismo aparecer retratado nas charges sob a forma do caminho que o eleitor às vezes preferia tomar diante da fraude e da violência eleitoral.<sup>10</sup>

O segundo ponto em comum retratado pelas revistas e que oferece uma

<sup>10</sup> É o que sugerem as charges publicadas na *Careta*, Edição n. 896, “O bom senso do Jéca”, 1925, p. 33; *Careta*, Edição n. 902, “O abstencionismo”, 1925, p. 35; *O Malho*, Edição n. 112, “Reminiscencias eleitoraes”, 1904, p. 15; *O Malho*, Edição n. 584, “Trabalho inutil”, 1913, p. 23; *O Malho*, Edição n. 807, “Reminiscencias eleitoraes”, 1918, p. 6; *O Malho*, Edição n. 1411, “Façam o que eu digo...”, 1929, p. 8.



imagem diferente da condição do eleitor na Primeira República diz respeito ao interesse dos eleitores em vender seus votos. Algumas charges buscam justamente problematizar o quanto o povo percebia o momento eleitoral como estratégico para conseguir sanar algumas de suas necessidades básicas, a exemplo das reproduzidas a seguir. Em “Soberania...”, publicada pela *Careta* em 1918, dois homens tiram os seus chapéus para conversar com um candidato: “—Nois sábia que Vossa Senhoria precisava de votos, e viemos de Santa Engracia do Esfolado para nos colificar na Capitá...” O candidato então questiona: “— E o que é que vocês querem em troca do voto?”. A resposta é direta: “— Eu preciso de um par de botinas e de um lenço, e o meu tio dum chapéu e de um guarda chuva.” Uma situação similar é descrita na charge “As cavações da época”, publicada n’*O Malho* em 1915, dessa vez com um candidato iniciando o diálogo com um eleitor: “Candidato: — Sempre solidario nas urnas, hein? Conto com isso, e prometto ser generoso...” Ao que o eleitor confirma (“Eleitor: — Não ai duvida!”), mas pontuando à condicionalidade do seu apoio (“Mais é pirciso que seu doutô saiba que eu tenho muié e fios, que a crisia tá damnada e que nosso diproma de inleito vale alguma coisa... Portantos, si seu doutô chega mais uns cobre que os ôtro, tou solidario com vocelencia...”).



**Fonte:** *Careta*, Edição n. 498, 1918, p. 30 e *O Malho*, Edição n. 643, 1915, p. 32, respectivamente. Créditos: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

As charges também costumavam retratar os eleitores em frases repletas de

erros de linguagem e em trajas e cabelos menos alinhados comparado aos dos políticos justamente para sugerir a simplicidade do povo com direito de voto, sem instrução e, na sua maioria, de baixa renda. Nesses casos, ilustrava-se o distanciamento dos eleitores frente às questões políticas de seu tempo. As preocupações deles se limitavam a instrumentalizar o voto negociando o melhor preço com os candidatos<sup>11</sup> e até atuando como fósforos eleitorais<sup>12</sup> em troca de bens de primeira necessidade, alguns “nickeis”<sup>13</sup> ou “subsídio”.<sup>14</sup> Uma imagem que corresponde exatamente ao salientado pela literatura que resgatou os princípios do governo representativo antes da democracia e assinalou o pragmatismo do eleitor: distante das grandes questões políticas nacionais do seu tempo, mas com melhor compreensão das necessidades locais (ALMEIDA, 1991; BENSEL, 2004; SABATO, 2001; 2009). A próxima seção desenvolve o ponto colocando em perspectiva a forma clássica de se pensar o exercício do direito de voto no Brasil republicano a partir de novos referenciais teóricos que abolem o tipo-ideal de eleitor cunhado pela teoria democrática. Move-se o foco trivial da posição vulnerável do eleitorado (sem instrução e condições financeiras, vítima da fraude e de políticos desonestos) para os desafios enfrentados pelos construtores do governo representativo, como a própria criação do eleitorado. É nesse sentido que também se deve ler a compra de votos, pois os sujeitos sociais dispostos a vendê-los não tinham clareza do significado do regime representativo. A figura do cidadão-eleitor ainda estava em construção.

## 2. O eleitor e a importância do sufrágio em perspectiva comparada

Eleições não ocorrem apenas em regimes democráticos. Entretanto, até muito recentemente, a literatura interpretava a experiência política da Primeira

---

<sup>11</sup>O *Malho*, Edição n. 104, “Deus os fez e o diabo os ajuntou”, 1904, p. 34; O *Malho*, Edição n. 175, “Votos e troco”, 1906, p. 14; O *Malho*, Edição n. 175, “Votos por sympathia”, 1906, p. 45; O *Malho*, Edição n. 237, “Quasi se pegam”, 1907, p. 16; *Careta*, Edição n. 502, “A verdade das urnas”, 1918, p. 13.

<sup>12</sup>*Careta*, Edição n. 506, “As eleições”, 1918, p. 11; O *Malho*, Edição n. 334, “Como se faz uma eleição”, 1909, p. 35; O *Malho*, Edição n. 373, “Eco das eleições municipais”, 1909, p. 43; O *Malho*, Edição n. 645, “Espectativa eleitoral”, 1915, p. 7.

<sup>13</sup>O *Malho*, Edição n. 610, “Excursão eleitoral pelo estado do Rio”, 1914, p. 39. Ver também O *Malho*, Edição n. 127, “Duetto de barretadas”, 1905, p. 33; O *Malho*, Edição n. 504, “Trocadilhos... eleitoraes”, 1912, p. 44; O *Malho*, Edição n. 505, “O voto obrigatorio”, 1912, p. 44; O *Malho*, Edição n. 647, “Votar em branco”, 1915, p. 32.

<sup>14</sup>*Careta*, Edição n. 209, “Radiante”, 1912, p. 35.

República inspirada no referencial teórico desenvolvido para pensar a democracia representativa, que frisava a importância do sufrágio universal (DAHL, 1971; ROKKAN, 1970; SCHUMPETER, 1961), da existência de partidos enraizados na sociedade capazes de representar os eleitores (ROKKAN, 1970) e de eleições livres, justas e competitivas através das quais ocorresse alternância no poder (DAHL, 1971; SCHUMPETER, 1961). Diante dessa perspectiva, os diagnósticos sobre a vivência do Brasil na Primeira República não tinham como ser otimistas. Os intérpretes se ressentiam do sufrágio restrito (CARONE, 1972; CARVALHO, 2002; 2003; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003; KINZO, 1980); da inexistência de partidos nacionais (LESSA, 1988; MOTTA, 2008; SOUZA, 1973); da influência do governo e do coronelismo nas eleições (CARDOSO, 1977; CARONE, 1972; LEAL, 2012; LESSA, 1988; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003); das fraudes que condicionavam os resultados eleitorais (CARONE, 1972; CARVALHO, 2002; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003; LESSA, 1988; TELAROLLI, 1982) e da cristalização das oligarquias no poder (CARONE, 1972; CARVALHO, 2002; FAORO, 2001; FAUSTO, 2003; LESSA, 1988). Até hoje alguns estudos reproduzem essas avaliações de que as práticas perniciosas da época falseavam a representação política proposta pela Constituição brasileira de 1891 (HOLANDA, 2009; LYNCH, 2014; SANTOS, 2013).

Foi basicamente o trabalho do filósofo francês Bernard Manin em *Principes du gouvernement représentatif*, publicado pela primeira vez em 1995, que permitiu repensar os primórdios do governo representativo e abriu margem à problematização do papel das eleições por além do contexto democrático. Analisando o funcionamento da democracia direta ateniense, Manin desmistificou a ideia de que o governo representativo é inseparável da democracia. O autor demonstrou que nem todos os poderes políticos importantes na antiga Atenas ficavam nas mãos de uma assembleia popular, existindo outras instituições na época (o *Conselho* e as *cortes*) responsáveis pela tomada de decisão cujos membros não se selecionava através de eleições, mas através de *sorteio*. Segundo Manin, o sorteio parecia mais democrático para os atenienses do que a eleição, considerada um instrumento de seleção mais *aristocrático*. Esse raciocínio resultava da desconfiança da cultura grega quanto à possibilidade de profissionalização da política que a eleição e a possibilidade de reeleição abriam. Para garantir que o povo pudesse governar e ser governado e, também, afiançar a capacidade de cada cidadão ter como ocupar as duas posições alternadamente, preferia-se o sorteio,

tido como o método mais confiável para assegurar a rotação dos ocupantes nos cargos, dificultando a profissionalização da política exatamente ao salvaguardar o poder político dos cidadãos comuns. O autor mostra que o sorteio convivia com as eleições como mecanismo de escolha dos governantes na Roma antiga, que não era democrática, e em algumas cidades-estados italianas, como Florença e Veneza. Essa seria inclusive a justificativa para alguns teóricos da representação política dos séculos XVII e XVIII, como Montesquieu e Rousseau, associarem o sorteio à democracia e a eleição com a aristocracia.

O grande ponto de Manin era frisar o equívoco presente na leitura moderna de que a diferença básica entre a *democracia direta* e a *democracia representativa* reside em uma simples questão criada pelo crescimento populacional. Isto é, como se a noção de *democracia representativa* onde os eleitores precisam eleger os seus representantes e lhes delegar poderes tivesse surgido conforme se tornou fisicamente impossível reunir em um só lugar uma assembleia de cidadãos para se deliberar sobre tudo. O autor demonstrou que a diferença entre o sistema “representativo” e o sistema “direto” tem mais a ver com o método de seleção dos governantes do que com o reduzido número de governantes selecionados. Para Manin, o que torna um sistema representativo não é o fato de alguns governarem no lugar do povo, mas o fato de se selecionarem governantes apenas através de eleições – e a eleição, em si, não representa um mecanismo exclusivo das democracias. Em uma frase: *governos representativos não precisam ser democráticos por definição.*

A outra grande contribuição da análise de Manin se refere à desconstrução da ideia de eleições como mecanismos mais justos de seleção de representantes. Ao se aprofundar nos artigos federalistas escritos por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay que resumiam as discussões realizadas na Filadélfia em 1787 com o propósito de elaborar a Constituição dos Estados Unidos, Manin resgatou a forma como eles concebiam a função das eleições. O autor mostrou como os pais fundadores do governo representativo no país estavam preocupados em assegurar que os eleitos estivessem em uma posição mais alta perante o eleitorado. Trata-se do que Manin denominou de *princípio da distinção*, basicamente dizendo respeito ao entendimento da época quanto à necessidade de se garantir a eleição de representantes considerados socialmente superiores aos representados. Tanto que se discutia essa superioridade em termos de riqueza, talento e virtude e o assunto

ultrapassava as fronteiras norte-americanas. Segundo Manin, o princípio da distinção se disseminou no século XVIII. Tanto na Inglaterra (onde apenas o estrato superior da sociedade podia votar) quanto nos Estados Unidos e na França revolucionária (onde o direito de voto se estendia a elementos mais populares), arranjos institucionais inicialmente garantiam um *status* social dos representantes diferenciado em relação ao *status* de seus eleitores. Como Manin constatou, com a extensão do direito de voto rumo ao sufrágio universal e a queda do requerimento de riqueza para os representantes, a investigação teórica se esqueceu da dimensão aristocrática e desigual das eleições. Em uma frase: *eleições têm apelo aristocrático por definição*.

Esses achados vieram ao encontro da tendência que começava a despertar entre os estudiosos da historiografia política como a inspiração teórica que faltava para justificar a revisita à memória político-eleitoral dos regimes liberais experimentados desde o século XVIII sob uma nova perspectiva. Afinal, a convocação de eleições nacionais para compor governos representou um dos primeiros encaminhamentos tomados na fundação dos novos estados independentes após o declínio dos grandes impérios na Europa, na América Latina e na África durante os séculos XIX e XX (MORELLI, 2007; ROMANELLI, 1998, p. 1). Não se tratava mais de pensar os regimes representativos do período como protótipos de democracia, mas de estudá-los sem um viés equivocado do que deveriam ter sido. Especificamente no caso do exercício do voto, dois desdobramentos diretos incidiram nos estudos de cidadania política e comportamento eleitoral. O primeiro deles se refere à relativização do papel do eleitor nos regimes representativos antes da democracia tanto em termos de *expressão numérica* quanto de *consciência política*.

De fato, a ênfase imposta por diferentes teorias democráticas sobre a participação eleitoral como um dos pilares do regime democrático (DAHL, 1971; SCHUMPETER, 1961) estimulou a difusão de um tipo-ideal da construção do direito de voto segundo o qual haveria uma trajetória conhecida e linear observada nos países que se democratizaram. A interpretação foi proposta por Stein Rokkan (1970) a partir da análise da experiência europeia e assumia a existência de quatro estágios sucessivos e obrigatórios rumo à democracia. O ponto de partida era a expansão do direito de voto, seguida da padronização das regras eleitorais e da maximização dos direitos de cidadania universais, que segundo o modelo do autor

abriam caminho para a incorporação dos eleitores à vida pública e garantia a livre manifestação das preferências eleitorais. Com a adoção da representação proporcional se atingia o último estágio, na medida em que ela viabilizava a representação das minorias.

Tratava-se de uma explicação estruturalista que por muito tempo repercutiu como uma métrica de comparação do estágio de desenvolvimento político dos países e colocava o caso inglês em posição de vanguarda, protótipo de democracia. Entretanto, quando os analistas moveram o foco para estudar a história das repúblicas criadas na América Ibérica após a independência, se depararam com um quadro bastante diferente. Exceto o Chile, as ex-colônias ibéricas na América não seguiram o padrão inglês de expansão linear e gradual do direito de voto. Esses países inicialmente adotaram um sufrágio amplo e somente alguns deles decidiram restringir o tamanho do eleitorado com o passar do tempo, a exemplo da reintrodução das qualificações de alfabetização no Peru em 1896 após mais de três décadas de sufrágio amplo e da volta das restrições de renda ao voto observada na Colômbia (MORELLI, 2007, p. 134; POSADA-CARBÓ, 2000, p. 623).

Embora pela lente da teoria democrática o sufrágio restrito pareça condenável, a situação numérica não configurava um problema em si do ponto de vista iluminado por Manin a respeito das características dos governos representativos. Essa percepção diminuía a importância normalmente dada aos eleitores pelos estudos políticos e foi reforçada conforme novos trabalhos inspirados nas reflexões do autor abordaram a cidadania problematizando as limitações que o viés democrático trazia para o entendimento da condição do eleitor. Até mesmo porque a referência dos dias atuais ao *eleitor individual* como detentor de *uma preferência individual* que se expressará na forma de *um voto* não cabe para representar a vivência do século XIX nem na Europa (ROMANELLI, 1998), nem na América Ibérica (MORELLI, 2007; SABATO, 2001). Os eleitores daquela época faziam parte de uma sociedade corporativa onde os sujeitos sociais recebiam estímulos de pertencimento coletivo variados, fundindo-se à família, à comunidade, à classe social, às clivagens, para citar os principais (ROMANELLI, 1998, p. 4). Portanto, a noção de indivíduo sequer fazia parte do horizonte dos homens e, muito menos, das mulheres, representadas na figura de seus pais, maridos ou irmãos em um ambiente explicitamente patriarcal. Exatamente por causa disso o voto feminino sequer era cogitado e nem precisava aparecer expressamente proibido no texto das

leis eleitorais, dado o veto moral à toda ação feminina que então pretendesse ir além do esperado papel de boa filha, boa esposa e boa mãe de família (ROMANELLI, 1998, p. 14-15; SABATO, 2001, p. 1297).

Daí a literatura mais recente sobre os direitos de cidadania argumentar que o voto individualista, igual e universal antes da democracia não passava de “uma construção” (ROMANELLI, 1998, p. 1, ver também SABATO, 2001). Como bem resumiu Rafaele Romanelli, as leis eleitorais centradas na formação do eleitorado dos novos estados independentes criados nos séculos XIX e XX tiveram o objetivo normativo de superar as clivagens preexistentes em favor da criação de um modelo desejado de estrutura social distinto da realidade local. Nesse sentido, dentro da organização corporativa típica daquele mundo social, a criação do “conceito de eleitor – indivíduo (igual em poder e educação a todos os outros cidadãos) que lida diretamente com as grandes questões políticas nacionais de seu tempo – nada mais [seria] do que uma abstração” (ROMANELLI, 1998, p. 4, tradução minha; ver também SABATO, 2001). Ou, como o próprio autor comenta citando o famoso conceito cunhado por Benedict Anderson, o eleitorado surgiria como “uma das muitas ‘comunidades imaginadas’” (ROMANELLI, 1998, p. 4, tradução minha).

O trabalho de Frank O’Gorman (1992) sobre a Inglaterra Hanoveriana se destacou exatamente por revelar como as eleições da época não se resumiam ao ato de votar, configurando um evento público e festivo, marcado por cerimônias e rituais onde mesmo não-eleitores, como mulheres e crianças, tomavam parte. Uma série de outros estudos de caso sobre as eleições na Europa e nas Américas encontrou evidências correlatas do caráter coletivo do voto e de como o eleitor precisava ser literalmente criado, pois não se construía de forma espontânea, de uma hora para outra, logo após uma lei eleitoral disciplinar os termos da sua existência. As coletâneas organizadas por Rafaele Romanelli (1998) sobre a experiência da Europa, por Antonio Annino (1995) e por Hilda Sabato (1999) centradas na América Ibérica, e por Carlos Malamud (2000) comparando a experiência espanhola com alguns casos latino-americanos reportam ricas análises da complexa rede de práticas coletivas que se articulavam para se fazer os eleitores e as eleições no século XIX. São trabalhos de referência que privilegiam o estudo das práticas eleitorais da época para entender como as pessoas comuns vivendo a sua vida ordinária em uma sociedade corporativista se tornavam eleitores.

Graças à essa imersão nos documentos que registravam todos os esforços



coletivos necessários para a eleição ter condições de acontecer, desde a organização e realização das campanhas eleitorais até o lançamento de jornais para a comunicação política e a criação e atuação de partidos políticos, emergiu uma reavaliação do papel dos chefes políticos e dos cabos eleitorais. Já na década de 1970, o estudo de Malcom Deas tinha advertido que a imagem de caciques e gamonales detendo poder irrestrito sobre o processo eleitoral não passava de um estereótipo, revelando como também eles precisavam cativar os eleitores, promovendo festejos regados a “chicha” e cerveja, com churrasco, música e até fogos de artifício e brigas de galo (DEAS, 1973 *apud* POSADA-CARBÓ, 2000, p. 617-618). Diante do novo referencial teórico, os estudiosos reconheceram situações do gênero como estratégias para se fazer eleitores. Independente dos potenciais atores por trás da mobilização dos eleitores (*caciques, gamonales, galopins, cabos eleitorais, agentes partidários*), o ponto era trazer as pessoas comuns para perto da abstração do regime representativo. Descrevendo a experiência eleitoral dos Estados Unidos entre os anos 1850-1868, Richard Bensei sintetizou como muitas das questões que pautavam a política nacional e estadual estavam “muito longe do horizonte do eleitor” (BENSEL, 2004, p. 1, tradução minha). Restava aos agentes eleitorais a tarefa de chamar a atenção das pessoas comuns.

O ponto é importante porque a teoria democrática levava os analistas a considerarem as formas tradicionais de poder encontradas nos regimes representativos dos séculos XVIII e XIX como o clientelismo, o caciquismo e a patronagem deturpações indesejáveis do processo político. Na contramão, ao reconhecer a continuidade de alguns aspectos do Antigo Regime, o novo referencial teórico aberto por Manin permitiu reinterpretar o convívio das formas tradicionais de poder com as práticas modernas de representação enquanto indicativos da tensão entre as pretensões da política nacional e as demandas emanadas das relações sociais locais. Mais do que isso: os pesquisadores se voltaram às experiências representativas daquele período considerando o quanto os construtores da nova ordem política lidavam com a incerteza e como essas formas tradicionais de poder representavam muitas vezes uma “solução empírica” para preencher as lacunas ainda descobertas pela legislação (SABATO, 2009, p. 10). As regras eleitorais criadas não antecipavam todos os desafios que se colocariam diante deles. Nada aconteceria de forma automática: nem a seleção dos melhores candidatos, nem a criação de eleitores conscientes (SABATO, 2009).

Nas palavras de Hilda Sabato, “a concorrência pelo poder desencadeou confrontos entre os grupos que procuravam se impor com candidatos próprios, em disputas muitas vezes permeadas pela violência” (SABATO, 2009, p. 10). Não se tratava de negar a existência da fraude eleitoral, que passou a ser reconhecida como um objeto de pesquisa (LEHOUCQ, 2007; POSADA-CARBÓ, 2000). A questão se tornou entender o que poderíamos depreender das alegações de fraude sobre o funcionamento do governo representativo antes da democracia. Mais uma vez, a análise das práticas eleitorais na Inglaterra realizada por O’Gorman (1992) foi precursora ao relativizar a questão do clientelismo. O autor expôs como nos tempos da Casa de Hanover, ao contrário do imaginado, os empregados que votavam em seus patrões não estavam em posição de *servilismo* e *dependência*, parecendo expressarem, antes, uma postura de *deferência*. O’Gorman apontou a existência de interdependência e ganho mútuo entre patrões e seus empregados-eleitores, defendendo que as relações clientelistas não necessariamente distorciam a vontade dos eleitores. Resgatando a memória eleitoral de Portugal no oitocentos, Pedro Tavares de Almeida (1991) também desafiou a visão clássica de que caciquismo aniquilava a vontade do eleitor. Segundo ele, o estudo das práticas eleitorais portuguesas no período 1868-1890 permitia identificar um padrão de cooperação entre patrões e seus empregados-eleitores, inclusive “mais comum que exploração e coerção” (ALMEIDA, 1991, p. 103). Predominava a chamada “política de campanário”: o compadrio, a troca de favores, lealdades e dependências de clientelas (ALMEIDA, 1991, p. 102). Na mesma linha, Hilda Sabato interpreta o comportamento do eleitor na Argentina do século XIX: guiado pelas relações de vizinhança, valorizando o compadrio e a troca de favores (SABATO, 1998). Tratava-se da racionalidade do eleitor na época: focada na vida cotidiana de uma comunidade local. Uma condição que diminui consideravelmente as expectativas clássicas sobre a tomada de consciência política do eleitor. Ator em construção, que precisava ser mobilizado.

Esse reconhecimento da racionalidade do eleitor antes da democracia nos leva ao segundo desdobramento importante que se observou nos estudos de cidadania política e comportamento eleitoral: a contestação da imagem de um eleitorado passivo e facilmente manipulável por políticos desonestos. A partir do momento em que os analistas se convenceram de como o eleitorado era uma abstração e quanto a questão central da época se relacionava aos esforços

coletivos para fazer e mobilizar eleitores, puderam considerar a possibilidade dos sujeitos tomarem ciência do valor literal do próprio voto e aprenderem a negociá-lo no decurso do tempo em troca de vantagens. De fato, alguns trabalhos identificaram que o uso da violência ou de coações psicológicas não representava o único meio então usado para se mobilizar eleitores. Para incitar o voto, investia-se também na compra de votos, além de promessas de empregos, resgate de hipotecas, perdão de dívidas, etc.<sup>15</sup> Uma estratégia promissora quando se assume que o eleitor típico dos governos representativos dos séculos XVIII e XIX cabia muito bem na descrição feita por Richard Benseel sobre o caso americano, combinando uma “percepção geralmente sombria das decisões políticas nacionais” com um “entendimento muitas vezes mais pragmático” das questões locais (BENSEEL, 2004, p. 4).

Dentro desse parâmetro, as práticas eleitorais do Brasil da Primeira República ganham um novo sentido. O abstencionismo e a venda do voto espelhados pelas charges assumem a forma de decisões racionais do ponto de vista dos sujeitos transformados em eleitores pelo regime liberal inaugurado com a Constituição Republicana de 1891. A falta de clareza e envolvimento proativo dos eleitores com a política naquela época não significava que as pessoas fossem apolíticas. A consciência política não nasce de uma hora para outra. Os próprios construtores da nova ordem política estavam aprendendo a lidar com a sucessão de desafios que se colocavam diante deles e a criação do eleitorado era mais uma questão entre muitas. Enquanto não se reconhecer isso, as análises sobre a memória eleitoral brasileira antes da democracia enviesarão o entendimento sobre a trajetória do governo representativo no país.

### **Considerações finais**

Charges têm o objetivo de exagerar situações para gerar reflexão. No caso específico das charges de temática eleitoral, a intencionalidade por trás de todas

---

<sup>15</sup>Sobre o caso de Portugal, Pedro Tavares de Almeida (1991) afirma que a violência era usada em casos-limite, ao contrário da concessão de benefícios como o resgate de hipotecas e o perdão de dívidas, mais usuais. O’Gorman (1989) e O’Leary (1962), por sua vez, mostraram que a compra de votos representou o instrumento mais comum de mobilização de eleitores na Inglaterra. O estudo pioneiro de Cox e Kousser (1981) chamou a atenção para uma forma inusitada de tentar comprar o eleitor na zona rural do estado de Nova York, nos Estados Unidos. Os autores mostraram que logo após o estado adotar a cédula oficial de votação (*Australian ballot*), os partidos pagaram os eleitores para ficarem em casa durante o dia das eleições.

elas parte do objetivo comum de criticar a política. O exercício desenvolvido nesse artigo ao analisa-las foi exatamente abrir caminhos para futuras pesquisas explorarem a cena eleitoral do Brasil na Primeira República através de um olhar menos enviesado pela obsessão do sufrágio universal. Não faz sentido interpretar o período como um fracasso do regime representativo porque poucos votavam. Embora as experiências liberais do século XVIII e XIX tenham recorrido a uma série de reformas eleitorais que modificaram as características do eleitorado aumentando sobretudo as provas de letramento por suporem residir no perfil do eleitor a responsabilidade pelos resultados da representação política, não se pode perder de vista toda a incerteza com a qual os construtores da nova ordem representativa lidavam. Toda a parafernália necessária para se realizar eleições, da definição de candidaturas até o rito eleitoral, ainda era novidade. Os próprios eleitores, a princípio, não passavam de uma abstração e “a produção do sufrágio não foi tarefa simples” (SABATO, 2009, p. 10).

Para evitar análises anacrônicas, não podemos perder de vista a ideia do aprendizado político que estava em jogo naquele momento. Novos esforços de pesquisa devem mover o foco, antes de tudo, para a forma como as elites políticas organizavam as eleições e se perguntar, parafraseando Rafaele Romanelli, *como se faziam os eleitores* (1998). Essa era somente uma das “comunidades imaginadas” na época (ANDERSEN, 1983). “Chefes políticos”, “partidos políticos”, “candidatos” e “representantes” igualmente encontravam-se em momento de formação de identidades. Como eles surgiam? O que os distinguiu? Os estudos regionais certamente têm muito a contribuir com a reconstrução das características que criavam os atores-chave do processo eleitoral republicano, mais importantes naquele momento em comparação aos próprios “eleitores”.

A questão é analisar as eleições no Brasil antes da democracia dentro dessa chave que desromantiza o tipo-ideal de eleitor criado pelo viés democrático. Como a literatura comparada já mostrou, votar naquela época era arriscado. O comparecimento às urnas representava um ato de coragem (BENSEL, 2004; LEHOUCQ, 2007; POSADA-CARBÓ, 2000). Existiam outras maneiras através das quais o povo conseguia participar da vida pública, a exemplo dos comícios e das passeatas (O’GORMAN, 1989; MORELLI, 2007; SABATO, 2001; 2009). Manter a lente sobre o exercício da cidadania política presa ao acesso à educação (MARSHALL, 1967) e à disseminação do sufrágio universal (ROKKAN, 1970) limita

a compreensão da política e das eleições antes da democracia.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Pedro Tavares de. Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890). Lisboa: Difel, 1991.

ANDERSEN, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

ANNINO, Annino (Ed.). *Historia de lãs elecciones in Iberoamérica, siglo XIX: de La formación Del espacio político nacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995.

BENSEL, Richard Franklin. *The American Ballot Box in the Mid-Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2004, p. 1-84.

CAMPBELL, Tracy. *Deliver the Vote: A History of Election Fraud, an American Political Tradition — 1742-2004*. New York: Carroll and Graf, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, B. (org.). *O Brasil republicano*. Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand, 1977.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Os Três Povos da República. *Revista USP*, vol. 59, pp. 96-115, 2003.

COX, Gary W. KOUSSER, J. Morgan. Turnout and Rural Corruption: New York as a Test Case. *American Journal of Political Science*, Vol. 25, n. 4, p. 646-663, Nov. 1981.

DAHL, Robert A. *Poliarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro, Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em Busca da Idade de Ouro: As Elites Políticas Fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

- FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República: Poder Federal e Forças Políticas Locais no Rio de Janeiro na Virada para o Século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- HOLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo, Edições Símbolo, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2012.
- LEHOUCQ, Fabrice. ¿Qué es el fraude electoral? Su naturaleza, sus causas y consecuencias. *Rev. Mex. Sociol*, v. 69, n. 1, p. 1-38, marzo 2007.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: História Institucional e Pensamento Político Brasileiro (1822-1930)*. São Paulo, Alameda, 2014.
- MALAMUD, Carlos (Ed.). *Legitimidad, representación y alternância em España y América Latina: las reformas electorales (1880-1930)*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MANIN Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Calmann-Lévy 1995.
- MARSHALL, T. H. Capítulo III – Cidadania e classe social. In: \_\_\_\_\_. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57-114.
- MORELLI, Frederica. Entre el antiguo y el nuevo régimen. La historia política hispanoamericana del siglo XIX. *Historia Crítica*, n. 33, Bogotá, pp. 122-155, enero-junio 2007.
- MOTTA, Rogério Patto. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte, UFMG Editora, 2008.
- O'GORMAN, Frank. Campaign Rituals and Ceremonies: The Social Meaning of Elections in England 1780-1860. *Past & Present*, Vol. 135, Issue 1, pp. 79–115, May 1992.
- \_\_\_\_\_. *Voters, Patrons and Parties: The Unreformed Electoral System of Hanoverian England, 1734-1832*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- O'LEARY, Cornelius. *The Elimination of Corrupt Practices in British Elections, 1868-1911*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Só para Iniciados... O Jogo Político na Antiga Capital Federal*. Rio de Janeiro, Mauad, 2011.

- PORTO, Walter Costa. *A Mentirosa Urna*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- POSADA-CARBÓ, Eduardo. Electoral Juggling: A Comparative History of the Corruption of Suffrage in Latin America, 1830-1930. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 32, Issue 3, p. 611-644, Oct. 2000.
- RESENDE, Maria Efigenia Lage de. *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte, UFMG Editora, 1982.
- RICCI, Paolo. Political Representation as Collective Representation. Considerations Based on the Brazilian Case. *Representation*, forthcoming, 2019.
- RICCI, Paolo. ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.
- \_\_\_\_\_. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (Org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. 1. ed. Porto Alegre: PUCRS, v. 1, p. 195-225, 2016.
- \_\_\_\_\_. The meaning of electoral fraud in oligarchic regimes: lessons from the Brazilian case (1900-1930). *Journal of Latin American Studies*, v. 49, p. 243-268, 2017.
- ROMANELLI, Rafaelle (Ed.). *How did they become voters?: History of Franchise in Modern European Representation*. The Hague/London/Boston: Kluwer Law International, 1998.
- ROKKAN, Stein. *Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development*. New York: David McKay, 1970.
- SABATO, Hilda. SABATO, Hilda. Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 1-22, maio/2009.
- \_\_\_\_\_. On Political Citizenship in Nineteenth-Century Latin America. *The American Historical Review*, n. 106, vol. 4, pp. 1290-315, 2001.
- \_\_\_\_\_. (ed.), *Ciudadania política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- \_\_\_\_\_. *La política em las calles: entre el voto y La movilización (Buenos Aires, 1862-1880)*. Buenos Aires: Sudamerica, 1998.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos na Bahia na Primeira República: Uma Política de Acomodação*. Salvador, UFBA, 1975.



SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República. *Dados*, vol. 56, n. 1, pp. 9-37. 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4. ed.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na República e a Revolução de 1930. In: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1973.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados*, vol. 30, n. 1, pp. 45-72, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

|